

Camera sancipal de Pres dédici - RO

#### CONTRATO 005/2020.

CONTRATO FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI-RO, DE UM LADO, E, DE OUTRO, A EMPRESA CLARO BRASIL S.A PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MEDICI-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 63.609.994/0001-68, com sede na Rua Padre Adolfo nº 2590, Bairro Centro, representada neste ato por meio de seu representante legal, MARIA CUSTÓDIO V.S.NOVAIS, brasileira, casada, Vereadora/Presidente da Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, portadora do RG nº. 287.343 – SSP/RO e CPF nº. 269.897.002-20, neste ato doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado CLARO BRASIL S.A pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 40.432.544/0001-47, estabelecida na rua Henri Dunante, nº 780, Torres A e B, bairro Santo Amaro, São Paulo – CEP: 04.7909-110, neste ato representado por MAIK MYCHEL AQUINO DA CRUZ, brasileiro(a), solteiro (a), gerente executivo de contas, RG nº. 2507319 PC/PA e inscrita no CPF nº. 593.650.642-87, neste ato doravante denominada CONTRATADA, resolvem, conforme Dispensa nº 13/CMPM/2020, CELEBRAR O PRESENTE INSTRUMENTO CONTRATUAL mediante seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1 - Contratação de empresa especializada em telecomunicação para a prestação de serviços de telefonia móvel com cobertura roaming nacional, serviço de acesso a internet móvel 5G, conforme quantidades e especificações, a fim de atender a demanda da Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, pelo período de 12 (doze) meses, nos quantitativos abaixo descritos:

ITEM	ESPECIFICACAO	QUANT.
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel através de plano ilimitado para 12 (doze) linhas telefônicas com tecnologia GSM (chips) em comodato, ligações local e nacional ilimitadas, com, mínimo 5GB de internet, sem cobrança de Megabytes excedentes + SMS, no sistema pós pago, pelo prazo de 01 ano.	12

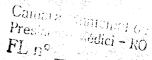
# 1.2 - ESPECIFICAÇÕES

1.2.1 - Habilitação de linhas móveis por meio de aparelhos comuns, para transmissão e recepção de voz, sendo 12 linhas já habilitadas para o DDD 69 habilitados os serviços em planos pós pagos.

1.2.2. Deverão ser fornecidos SIM Cards que possuam tecnologia compatível com o acesso aos serviços contratados, sendo esses em compatibilidade com os aparelhos que a Câmara Municipal de Presidente Médici já possui.

1.2.3. Os SIM Cards habilitados deverão ser novos e de primeiro uso.





- 1.2.4. No sistema de telefonia celular a minutagem/mês total contratada deve ser compartilhada por todos os aparelhos/linhas com detalhamento do consumo mensal que deverá ser enviado separadamente para controle da Câmara Municipal de Presidente Médici-RO.
- 1.2.5. Recursos adicionais que deverão estar inclusos nos serviços prestados:
- a) Envio de mensagens de texto;
- b) Serviço de caixa postal.
- 1.2.6. Os serviços deverão ser prestados durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do termo de contrato.
- 1.2.7. Sempre que solicitado pela Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, os números dos telefones deverão ser modificados, sem cobrança de taxas ou tarifas adicionais.
- 1.2.8. As ligações entre os aparelhos pertencentes ao Plano Corporativo contratado são de valor intragrupo zero, para as chamadas originadas dentro da área de registro (069).
- 1.2.9. A empresa contratada deverá oferecer serviço de internet com franquia mensal de dados de no mínimo 5GB por linha, sem cobrança de Megabytes excedentes.
- 1.2.10. A empresa contratada assegurará a portabilidade numérica de linhas de telefonia móvel existente na Câmara Municipal de Presidente Médici-RO caso esta ache necessário. Ficará a critério do CRF/RO a manutenção de alguns ou de todos os números habilitados atualmente.

### CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do dia de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por meio de Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

### CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 - O valor total da contratação está estimado em R\$ 5.169,60 (cinco mil cento e sessenta e nove reais e sessenta centavos) por um período de 12 (doze) meses.

#### CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA

4.1 – A empresa vencedora da licitação terá prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para início da prestação dos serviços, podendo ser prorrogado a critério da contratante, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho.

#### CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação formal da despesa, acompanhadas da respectiva documentação:
- a) Nota fiscal;
- b) Termo de Recebimento Definitivo do objeto;
- c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal;
- d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;





Cameras Pres FL nº

- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de regularidade perante o INSS;
- h) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011).
- 5.2. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária OB, depósito em conta corrente e pagamento via nota fiscal com código de barras, indicada pela Contratada.
- 5.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Presidente Médici, CNPJ: 63.609.994/0001-68— Endereço: Rua Padre Adolfo nº 2590, Bairro: Centro, Presidente Médici-RO.
- 5. 4 A Nota fiscal/fatura que for apresentada com erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 6.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da representação.

## 6.0 - CLAUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

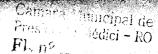
#### 6.1 - DA CONTRATANTE

- 6.1.1 Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda;
- 6.1.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 6.1.3 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- 6.1.4 Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos materiais fornecidos, para imediata substituição;
- 6.1.5 Destinar área especifica para a instalação das máquinas, dotadas de pontos elétricos e de rede de computadores, em quantidade compatível, quando for o caso;
- 6.1.6 Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da Contratada que ensejaram sua contratação.
- 6.1.7 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 6.1.8 Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos materiais fornecidos, para imediata substituição;
- 6.1.9 Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA.
- 6.1.10 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 6.1.11 Aplicar as sanções administrativas que se fizerem necessárias e quando se fizerem, mediante processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

## 6.2 - DA CONTRATADA

Aff





- 6.2.1 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Presidente Médici-RO.
- 6.2.2 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;
- 6.2.3 Resolver, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, a partir da data da comunicação escrita pela Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, eventuais serviços que vierem a apresentar defeito;
- 6.2.4 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- 6.2.5 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, sobre os serviços ofertados;
- 6.2.6 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto do presente Termo de Referência, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- 6.2.7 Prestar os serviços na forma e no tempo definido neste instrumento.

# 7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência estão consignados no orçamento cuja rubrica está lançada no número 01.031.0001.2.001.33.90.39 "Serviços de Telecomunicação — Telefonia e internet".

# 8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO, ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES.

- 8.1 A licitante vencedora deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o artigo 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.
- 8.2 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, conforme artigo 65 parágrafos 1º e 2º da mesma lei.

# 9.0 - CLÁUSULA NONA – GESTOR E FISCAL DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato será exercido por empregado da Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, especialmente designado, na forma do art. 67 da Lei 8.666/1993.

## 10.0 CLAUSULA DÉCIMA – SANÇÕES

- 10.1 Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução dos serviços, garantida prévia e fundamentada defesa, ficará a licitante sujeita às seguintes sanções:
- 10.1.1 advertência;
- 10.1.2 multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado;
- 10.1.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, por prazo de até 2 (dois) anos; e





- 10.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;
- 10.2 A sanção estabelecida na alínea 12.1.4 é de competência exclusiva da Senhora Presidente Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.
- 10.3 Na hipótese da aplicação das penalidades previstas nas alíneas 9.1.3 e 9.1.4, fica a licitante sujeita a inativação de seu cadastro no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores - SICAF;
- 10.4 Caberá ao responsável pela fiscalização, denunciar o não cumprimento das condições pactuadas, para fins de adoção das penalidades previstas neste Termo de Referência e no Edital.
- 10.5 As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 10.6 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- 10.7 Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.
- 10.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = 0,00016438 I = (TX) I = (6/100) TX = Percentual da taxa anual = 6% 365, de acordo com oprevisto no art. 40, XIV, "c", da Lei nº 8.666/93.

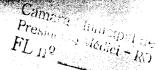
# 11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1 O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo de aplicações das sanções previstas no Termo de Referência.
- 11.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados, de forma a assegurar à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

#### 12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

- 12.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento contratual no Diário Oficial do Estado.
- 13.0 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO.





13.1 - O foro da Comarca de Presidente Médici-RO é o competente para resolução de questões, dirimir dúvidas e/ou omissões eventualmente decorrentes da presente contratação, renunciando expressamente, as partes contratantes, a todos os demais por mais privilegiados que possam ser.

# 14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

14.1 - A resolução de situações omissas ou ajustes que se façam necessários para a eficiente e perfeita execução do contrato poderão ser solicitadas a contratada, ainda que não previstas expressamente no presente contrato, garantida a respectiva remuneração e a manutenção do equilíbrio contratual.

Presidente Médici-RO, 03 de agosto de 2020.

MARIA CUSTÓDIO V.S. NOVAIS Presidente da Câmara Municipal

Hack Alend Agrino do Cros

REPRESENTANTE/CONTRATADA

TESTEMONHAS (I)

ELIZZIE DAIANE PORFIRIO BEZERRA

CPF. 000.689.222-13

TESTEMUNH

ROZARIA BARROS ENIS CPF.190.640.712-68